

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2026/9419	14013/2026	Proposta à Câmara Municipal
Assunto do Processo		
Proposta à Câmara Municipal - Licenciamento de obras de edificação (alterações no decorrer da obra) - Avenida Barros e Soares, n.º 130, União das Freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações		
Unidade Administrativa		
DU - [INTERNO]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



DECISÃO

Processo: 1/2022/2006/0

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Processo de migração

Assunto do Processo: LICENCIAMENTO - OBRAS DE EDIFICAÇÃO - ARQUITETURA COM ESPECIALIDADES - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE NOGUEIRA, FRAIÃO E LAMAÇÕES, AVENIDA BARROS E SOARES, 130 (TRAMITAÇÃO)

Diretor Municipal da Câmara Municipal de Braga.

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Nos termos da informação técnica emitida pela Divisão de Gestão de Procedimentos Urbanísticos, propõe-se o deferimento do pedido de licenciamento da operação urbanística ao abrigo do art.º 26.º do RJUE.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/9025 de 17 de Março de 2026.

RESOLUÇÃO

Defiro o pedido de licenciamento de obra de edificação

No prazo de um ano, deverá proceder ao pagamento das taxas devidas, solicitando a emissão da licença, sob pena de declaração de caducidade, conforme previsto no n.º 2.º, do artigo 71.º, do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, devendo para esse efeito apresentar os elementos constantes no ponto 21, do Capítulo III, do Anexo I, da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro.

À reunião de Executivo para deliberação, no âmbito do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro na sua redação atual.

Despachos

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



PROCESSO: 1/2022/2006/0

REGISTO DE ENTRADA: 2026-E-RE-2948

REQUERENTE: CARCLASSE - Comércio de Automóveis, S.A

LOCAL DA OBRA: Av. Barros e Soares; Braga

ASSUNTO: Processo de migração - Alterações no decorrer da obra – Aperfeiçoamento

DU - DGPU [GP9]

Informação Técnica:

1. CARACTERIZAÇÃO DA PRETENSÃO

O requerente, através do registo de entrada n.º 2025-E-RE-25404 e 2026-E-RE-2948, de 05/02/2026, apresenta documentação, “**com junção de elementos**” que visa dar **resposta ao 2025-14204 de 01/10/2025** da obra de legalização de ampliação, alteração do edifício existente, demolição parcial e construção de edifício denominado pela letra “E” destinado a comércio e serviços, que pretende levar a efeito no prédio sito na Avenida Barros e Soares, n.º 130, União das Freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações, que incide sobre o prédio descrito na 1.ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob o n.º 35/19851118, inscrito na matriz de natureza urbana sob o artigo n.º 2822, sob o n.º 1500/20050812, inscrito na matriz de natureza urbana sob o artigo n.º 2089 e sob o n.º 1501/20050812, inscrito na matriz de natureza rústica sob o artigo n.º 2979.

1.2. Relativamente ao local da pretensão identificaram-se os seguintes antecedentes processuais:

1.2.1. Licença de Obras de construção nº 144/2024 de 13/03, pelo prazo de 24 meses.

2. INSTRUÇÃO DO PROCESSO

Analisados os elementos constantes do presente processo, constata-se que o presente pedido de comunicação prévia se **encontra corretamente instruído** de acordo com as normas instrutórias aplicáveis, nos termos do Capítulo I e n.º 25, do Capítulo IV, do Anexo I, da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro e Artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

3. Especialidades:

3.1. Projeto de estabilidade, escavação e contenção periférica

3.1.1. Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

3.2. Projeto de alimentação e distribuição de energia elétrica

3.2.1. Apresentou termo de responsabilidade pelo projeto e ficha eletrotécnica da instalação elétrica, nos termos da subalínea i), da alínea a) do Artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 96/2017 de 10 de agosto, alterado pela Lei n.º 61/2018, de 21 de agosto.

3.3. Projeto de instalação de gás

3.3.1. Apresentou elementos a solicitar a isenção de projeto de gás.

3.4. Projeto de abastecimento de água

3.4.1. Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

3.4.2. O projeto de abastecimento de água foi enviado à AGERE para emissão do competente parecer, através do registo 2025-S-RE-62351 de 04/11/2025.



3.5. Projeto de águas residuais

3.5.1. Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

3.5.2. O projeto de águas residuais foi enviado à AGERE para emissão do competente parecer, através do resisto 2025-S-RE-62351 de 04/11/2025.

3.6. Projeto de águas pluviais

3.6.1. Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

3.7. Projeto de arranjos exteriores

3.7.1. Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

3.8. Projeto de infraestruturas de telecomunicações

3.8.1. Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

3.9. Projeto de conforto térmico, incluindo pré-certificado energético

3.9.1. Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

3.9.2. Apresentou o pré-certificado energético, TEMP384670432, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 101-D/2020 de 7 de dezembro.

3.10. Projeto de aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC)

3.10.1. Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

3.11. Projeto de segurança contra incêndios em edifícios

3.11.1. Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

3.12. Projeto de condicionamento acústico

3.12.1. Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

4. PROPOSTA

Face ao atrás exposto, constata-se que o presente pedido se encontra **corretamente instruído**, pelo que se propõe o deferimento final do licenciamento da operação urbanística.

4.1. Após informação superior e despacho, o requerente deverá ser notificado para, no prazo máximo de 1 (um) ano, requerer o pagamento das taxas e emissão do respetivo recibo de pagamento.

4.1. Dever-se-á informar, ainda, que nos termos do n.º 1, do artigo 74.º da redação em vigor do RJUE, o recibo de pagamento das taxas legalmente devidas, constitui condição de eficácia da licença.

DOCUMENTO ASSINADO ELECTRONICAMENTE

